

A INTOLERÂNCIA NAS CARTAS JESUÍTICAS DA PROVÍNCIA DO BRASIL (1549-1558)

Jane Aparecida Trindade¹

A dissertação aborda a questão da intolerância na relação entre jesuítas e indígenas, valendo-se de abordagens históricas e antropológicas para analisar as práticas e concepções dos religiosos nos seus primeiros anos de Brasil, entre 1549 e 1558. O estudo foi realizado sobre dois grupos humanos culturalmente diferentes, que foram genericamente definidos: os europeus e os índios. Sobre os jesuítas existe uma relativa abundância de fontes de conteúdo pessoal e institucional, que permitiram perceber aspectos diversos da relação dos religiosos com os indígenas. Sobre os indígenas, considere os Tupinambá, por representarem o povo mais abundante na costa do Brasil que teve contato com os jesuítas, muito embora os padres, na maioria das vezes, não qualificassem os antropônimos.

O primeiro capítulo apresenta uma metodologia para buscar a compreensão das diferenças culturais, tratando do sentido da conquista, como imposição de novas relações sociais e sistemas de alianças. O entendimento de *ethos* foi considerado como fundamental para se distinguir a cultura de um povo, percebendo as práticas sociais adquirindo sentido dentro de suas comunidades. O uso do conceito de etnocentrismo considera o reforço do eu como identidade cultural que, para a sua manutenção, toma para si todas as características positivas e moralmente corretas no que refere a sua civilização. Também buscou-se a compreensão de como o conjunto de hábitos de uma cultura, visto da ótica de Pierre Bourdieu, pode se estruturar através das instituições de socialização. Dessa perspectiva, foi considerado o ambiente de fronteira, a fronteira histórica de cada cultura, onde ocorreu o contato dos religiosos com os indígenas, bem como as tradições e sua moral e a dificuldade dialógica do processo de contato.

A questão da tolerância foi abordada sendo concebida como uma virtude balizada pela moral, inserida num contexto relacionado ao bem ou ao mal. Deste modo, a virtude encontrou uma estreita flexibilidade amparada na retórica filosófica de Santo Agostinho e São Tomás de Aquino, que

¹ Dissertação de Mestrado aprovada no curso de Pós-Graduação em História Social das Universidades de Maringá e Londrina, em setembro de 2002. Orientador: Prof. Dr. Lúcio Tadeu Mota. Agradeço a Francisco Silva Noelli pelas sugestões e pelo apoio durante a realização desse trabalho.

construíram uma lógica que não provocou mudanças nas práticas sociais dos cristãos. Foi necessário tratar das regras sobre a formação e a conduta dos padres da Companhia de Jesus, estipuladas pelo fundador da ordem, Inácio de Loyola. A observação dessas regras é importante para compreender a postura jesuítica nas colônias.

Acrescentou-se uma breve discussão sobre os escritos de Erasmo, para pensar a tolerância a partir de uma perspectiva distinta do etnocentrismo ortodoxo de Loyola. Erasmo possuía idéias libertárias para um período de Contra-Reforma e escrevia sobre a tolerância no âmbito das relações entre protestantes e católicos, porém Loyola impedia que seus seguidores lessem os escritos do filósofo de Roterdam, como constatou Marcel Bataillon. Foi importante mostrar que os jesuítas pertenciam a uma ordem concebida no bojo de reações contra a Reforma de Lutero, para a compreensão da atuação desses religiosos perante outros povos, em um ambiente de guerra de conquista colonial.

A compreensão das formas de pensar cristãs e jesuíticas levou a conceituar a intolerância através da virtude. O modo dialético da interpretação cristã favoreceu que a prática da intolerância fosse muitas vezes considerada como uma virtude diante dos impasses colocados pelas diferenças culturais, pois buscava o bem comum que favoreceria um grupo, os europeus e, conseqüentemente, todo o conjunto da obra cristã, inclusive a colonização, a escravidão e o genocídio.

O segundo capítulo analisa os atos dos jesuítas no seu discurso e o modo de resgatar o indígena como sujeito histórico dentro das cartas. Essas transmitem notícias de atos, cuja prática revela a intolerância manifestada através da linguagem. Procurei seguir a abordagem de um estudioso das fontes jesuíticas, o lingüista Alcir Pécora, e do estudioso dos discursos, Paul Ricoeur.

A construção retórica quinhentista sobre a virtude baseada nos argumentos do bem e do mal tinha o propósito de ser utilizada em situações atemporais, por se tratar de uma qualificação pessoal. O conceito de tolerância em meio a esta construção retórica serviria à teoria cristã, mas não interferiria na prática no período conturbado das ações colonizantes.

O terceiro capítulo trata da seriação dos atos intolerantes, e nele procurei mostrar o conflito entre duas compreensões e vivências temporais, o momento de encontro de duas culturas e sua convivência decorrente deste evento. Os atos foram divididos em categorias percebidas de forma recorrente nas cartas. São elas:

- intolerância organizacional: refere-se à organização interna dos grupos indígenas;
- intolerância física : referindo aos modos de se vestirem e adornarem;

- intolerância cosmológica: refere-se ao discurso relacionado ao comportamento dos pajés;
- intolerância de hábito : refere-se à possibilidade de mudanças nas práticas cotidianas;
- intolerância sexual/matrimonial: refere-se ao choque da moral cristã com a prática sexual e matrimonial indígena;
- intolerância educacional: refere-se ao projeto de reeducação que se tinha como objetivo com a catequização.

A análise das cartas mostrou que a primeira década das atividades jesuíticas fez surgir situações - provocadas pelo contato de culturas diferentes - que não estavam discriminadas nas regras de Loyola. A ortodoxia das normas jesuíticas diante de uma cultura diferente também esteve implícita no conceito de tolerância. Portanto práticas e pensamentos cristãos permaneceram basicamente os mesmos, mesmo na colônia construída ao longo de uma guerra de conquista. Observamos, através da seriação dos atos intolerantes, que as táticas jesuíticas de conversão incluíam uma nova organização social e territorial dos indígenas, e passavam também por uma nova atitude em relação ao corpo, como o uso de roupas e a eliminação dos adereços. Compreendiam um novo entendimento de Deus, assim como uma nova sistemática de *habitus*, que conformariam um novo cotidiano. Propunham novas regras para os relacionamentos sexuais e matrimoniais e desejavam uma nova sistemática para a educação das crianças.

A percepção dessas novidades desejadas pelos jesuítas nos primeiros dez anos de catequização é a prova de que não havia um plano catequético que aceitaria as diferenças culturais, qualquer que fosse o povo. Também é a prova do impasse dialógico, que prevê a incompreensão quando a comunicação se faz por grupos com construções semânticas diferentes.

Concluímos que a ortodoxia jesuítica, assim como a afirmação da obra cristã, baseada na virtude, descobriu meios de não representar a intolerância. Porém, esses meios foram forjados através da retórica da moral cristã, em que o emprego da virtude como qualificação só pode favorecer o grupo que a criou como adjetivo. Na prática a virtude de tolerar para evitar um mal maior não funcionou e foi preciso muita intolerância para se manter virtuoso e digno do amor de Deus.